



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA**

Processo n° 10830.004022/99-89
Recurso n° 152.864 Voluntário
Matéria IRPJ
Acórdão n° 103-23.603
Sessão de 16 de outubro de 2008
Recorrente PRATEC PROJETO E GERENCIAMENTO DE OBRAS S/C LTDA
Recorrida 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

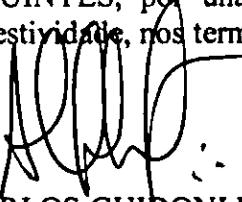
Exercício: 1999

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO E FISCAL – PRAZO
– RECURSO

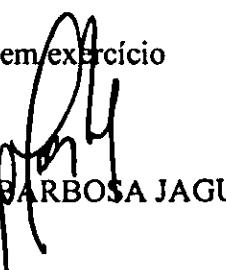
**Não se conhece de recurso aviado após o trintídio legal, eis que
tal prazo se afigura decadencial**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por PRATEC PROJETO E GERENCIAMENTO DE OBRAS S/C LTDA

ACORDAM os membros da TERCEIRA CÂMARA do PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso voluntário por intempestividade, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO

Vice Presidente em exercício


ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE

Relator

Formalizado em: 13 NOV 2008

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros. Antonio Bezerra

D,
1

Neto, Leonardo de Andrade Couto, Rogério Garcia Peres (suplente convocado), Nelso Kichel (suplente convocado), Éster Marques Lins de Sousa (suplente convocado) e Maria Antonieta Lynch de Moraes (suplente convocado).



Relatório

Trata-se de Recurso Ordinário, aviado em pedido de restituição de IRPJ, mediante pedido de compensação, que foi acolhido em parte pelo Serviço de Orientação e Análise Tributária e pela DRJ de Campinas.

Inconformado com a solução do litígio a recorrente interpôs Manifestação de Inconformidade, julgada pela DRJ/Campinas em 11/11/2004 (fls.329/341).

Do Acórdão da DRJ/CPS o interessado tomou ciência em 06/05/05, conforme consta da fl. 342 e documentos de fls. 343/4.

A SEORT da DRF/Campinas deu cumprimento ao Acórdão 7766/04, no qual foi reconhecido o direito creditório no valor de R\$ 30.204,83, homologando a compensação até o limite de tal crédito.

Noutras palavras, o aludido Acórdão reconheceu a totalidade do pedido original, mas a homologação foi parcial, porquanto o crédito revelou-se insuficiente para quitar os débitos informados pela ora recorrente, restando o saldo de R\$ 322,05 (fls. 362 v).

Intimado para o pagamento da diferença, a interessada protocolou em 16/08/05, a petição de fls. 364/369, encaminhada à DRJ/CPS, que ao analisá-la afirmou haver exaurido sua competência, por já ter julgado e acolhido integralmente ao pleito do contribuinte (fls. 371/372).

Em razão disso, foi proposto pelo SEORT da DRF/Campinas que a petição de fls. 364/369, fosse recebida como Recurso Voluntário ao Conselho de Contribuintes (fl. 373).

É o relatório.

Voto

Conselheiro Alexandre Barbosa Jaguaribe, Relator

Embora o AR de fl. 363 seja datado de 21/07/05, o exame mais acurado dos autos revela que a ciência do Acórdão recorrido (DRJ/CPS 7766), na verdade, ocorreu em 06/05/05 (fls. 343/4), enquanto a petição a que se cogita atribuir o efeito de Recurso, somente foi protocolada em 16/08/05, após o decurso do prazo decadencial de 30 dias.

CONCLUSÃO

Frente ao exposto, não conheço da petição de fls. 364/369.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2008

ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE